

Revista de Processo

COORDENAÇÃO

Teresa Arruda Alvim

Pré-textuais

Créditos

Expediente

In Memoriam

Linha Editorial

Apresentação

Processo e Constituição

Contraditório Lucas Soares de Oliveira

Teoria Geral do Processo

Efeitos e estabilidade das decisões terminativas Carlos Frederico Bastos Pereira

Fundamentação das decisões judiciais: razões, interações com outras garantias, requisitos mínimos e controle Fábio Lima Quintas

A inconstitucionalidade da regra de impedimento prevista no art. 144, inciso VIII, do Código de Processo Civil Flavio Cheim Jorge e Vinícius de Souza Sant'Anna

Processo de Conhecimento (fase cognitiva)

Efeitos lícitos da prova ilícita em processo: seja este estadual ou arbitral porque a natureza da jurisdição não muda o ponto de referência do ilícito – Parte II Paula Costa e Silva e Nuno Trigo dos Reis

Tutela Executiva

Ainda sobre as medidas executivas atípicas: aplicabilidade no cumprimento provisório de sentença para pagamento de quantia certa Adriano Sayão Scopel

A incompatibilidade lógica da audiência do artigo 334 do Código de Processo Civil de 2015 com o Processo de Execução Alexandra Mattos e Camila Victorazzi Martta

Tutela Provisória

A tutela de urgência como instrumento de acesso à justiça Patricia Miranda Pizzol e Gilson Delgado Miranda

Meios de Impugnação das Decisões Judiciais – Processo nos Tribunais

O julgamento interlocutório de mérito e seu regime jurídico Anselmo Prieto Alvarez e Américo Andrade Pinho

Querela de nulidade insanável e o sistema do juizado especial Cristiano Quinaia e Vidal Serrano Nunes Júnior

Técnicas Adequadas à Litigiosidade Coletiva e Repetitiva

História da ação popular no sistema constitucional brasileiro: evolução até o julgamento do STF – RE com Agravo 824-781-MTLorrane Queiroz e Luiz Manoel Gomes Junior

A formação do objeto litigioso no julgamento de casos repetitivos: a simbiose entre o modelo cooperativo de processo e a garantia constitucional do contraditórioPedro Augusto Silveira Freitas

Tutela Diferenciada

A teoria da encampação no procedimento do mandado de segurança e o entendimento do STJJosé Henrique Mouta Araújo

Breves notas sobre a ação de dissolução parcial de sociedadeLuis Guilherme Aidar Bondioli

Direito Jurisprudencial – Precedentes Vinculantes, Jurisprudência Dominante, Súmulas e temas afins

Aplicação parametrizada dos precedentes judiciais no conhecimento dos recursos no STJ como técnica de gestão processual voltada para redução dos efeitos da jurisprudência defensivaMichelle Najara Aparecida Silva

Direito Estrangeiro e Comparado – Generalidades

L'ordine di esibizione dell'art. 210 c.p.c. e la «divulgazione delle prove» dell'art. 5 dir. Ue n. 104 del 2014: contaminazioni possibili e auspicabili dal diritto UECaterina Silvestri

Tendências Contemporâneas

L'utilizzazione dell'intelligenza artificiale nel processo – strategie conoscitive e principi processuali nell'epoca di internetVincenzo Ansanelli

Jurisprudência Anotada

Supremo Tribunal Federal

Constitucionalidade de lei estadual que valida a utilização do valor da causa como critério hábil para definição do valor das taxas judiciais, pois fixado em patamar razoável e proporcional não impede o acesso à justiça

Superior Tribunal de Justiça

Reconhecimento da validade de cláusula contratual que previa a cobrança de verba recorrente de publicidade e propaganda que deverá ser apurada em liquidação de sentença

Inaplicabilidade de multa prevista no art. 523, § 1º em face da Fazenda Pública, uma vez que os bens públicos se encontram vinculados a uma finalidade pública, são inalienáveis e não se sujeitam a expropriação em razão de execução forçada

Após 30 anos da separação de fato, ex-cônjuge requer partilha de bem imóvel que ficou pendente e tem seu pedido indeferido em razão da prescrição

Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita